

A MESMA E AS DIFERENÇAS

Françoise Collin



S · O · S
CORPO

ESGOTADO

A MESMA E AS DIFERENÇAS

Françoise Collin

Tradução: Christine Rufino Dabat

4ª Edição



Recife, Abril de 1996

Título Original: "La Mème et les Différences"

Publicado in: *Les Cahiers du Grif*, nº 28, *D'amour et de raison*, Inverno 1983-84.
3, cité d'Angoulême, 75011-PARIS, França.

Tradução devidamente autorizada pela autora e por "*Les Cahiers du Grif*"

Françoise Collin é escritora, doutora em filosofia - publicou romances e narrativas (nas edições do Seuil, Transéditions e "Le Rendez-vous" Edition Tierce), um ensaio filosófico ("Maurice Blanchot et la question de l'écriture", Tel-Gallimard) assim como artigos em numerosas revistas e obras coletivas inclusive vários sobre Hannah Arendt. Fundadora e diretora de "*Les Cahiers du Grif*".

Revisão crítica:	Maria Betânia Ávila
Revisão:	Ana Paula Portella
Digitação:	Lucelena Oliveira
Diagramação:	Designo
Edição:	SOS CORPO - Gênero e Cidadania Rua do Major Codeceira, 37 Santo Amaro - CEP 50100-070 Tel.: (081) 423.3044 Fax: (081) 423.3180
Apoio:	Fundação MacArthur
Tiragem:	100 Exemplares

A MESMA E AS DIFERENÇAS

O fio condutor desta reflexão é o seguinte: a primeira etapa do feminismo foi marcada por um pensamento do Mesmo; temos agora que abordar um pensamento do Outro.

Com efeito, para reencontrarmo-nos e reunirmo-nos, elegemos, num primeiro momento, tudo o que parecia nos identificar umas com as outras e subestimamos ou quisemos ignorar o que poderia nos ter diferenciado.

Tentávamos a reduzir qualquer diferença à diferença dos sexos, como se, uma vez esta ultrapassada, entrássemos numa planície calma e homogênea, a do mundo das mulheres. Talvez nossa história, na qual a "diferença" dos sexos, transformada em dominação, teve um papel tão destruidor, tenha nos tornado particularmente desconfiadas frente a qualquer diferença e nos tenha levado a valorizar o indiferenciado.

Delimitamos, então, dois territórios nitidamente distintos que pensamos frequentemente em termos de oposição - o masculino de um lado, o feminino do outro - (numa lógica binária que recusamos, em outras circunstâncias, enquanto produto da ideologia falocrática). Tentávamos, deste modo, reequilibrar uma distribuição que nos foi tradicionalmente imposta em termos desiguais, como aquela do universal (o masculino) e do particular (o feminino), do maior e do menor, do dominante e do dominado. Neste reequilíbrio, acrescentamos à oposição, um julgamento de valor maniqueísta (que assumia o contraponto da cultura dominante): cabia, doravante, às mulheres maior pureza de sentimentos, a ausência de ambição, o pacifismo etc... aos homens, o maquiavelismo, o gosto pelo poder, a agressividade. Acompanhávamos assim uma tendência (que não nos é própria) a assimilar o que está oprimido ao que é bom, unicamente pelo fato da sua opressão. Postulávamos a existência de uma natureza feminina superior e podemos até ter parodiado Jean-Jacques Rousseau: "A mulher nasce naturalmente boa, mas é a sociedade patriarcal que a corrompe". Atribuímos às sequelas desta sociedade, tudo o que vinha emperrando as engrenagens de nossa ação e que ameaçava nosso entendimento.

Neste movimento, uma corrente feminista importante desenvolveu a idéia de uma *especificidade* feminina, uma feminitude, distinta da feminilidade tradicional, mas nem por isso menos imponente, que produzia entre as mulheres uma harmonia espontânea, imediata, de tipo instintivo, que designávamos como *sororidade*. A primeira socialização das mulheres efetuou-se em cima desta hipótese de uma transparência sem obstáculo na comunicação entre si.

Dai nossa rejeição a tudo aquilo que, de perto ou de longe, relembra a organização social masculina: a distribuição e a especialização das tarefas, a hierarquia, a afirmação individual, a relação com o dinheiro, a elaboração de regras ou de leis de funcionamento. Toda mediação aparecia como maléfica. Não se tratava de uma fórmula de democracia direta, mas do pressuposto de um consenso.

Esta sociabilidade feminina indistinta, e revestida de todas as virtudes, que inspirou a prática de grupos feministas durante muito tempo pode, sem dúvida, ser esclarecida, em parte, pelas circunstâncias sócio-históricas: o feminismo era o herdeiro mais obstinado da ideologia desenvolvida pela revolução cultural de Maio de 1968, segundo a qual o coletivo prevalecia sobre a afirmação singular, numa perspectiva formalmente igualitária.

Mas pode-se pensar, também, que a primeira sociedade das mulheres constituiu-se sobre o modelo familiar, como pareceria indicá-lo o conceito de "sororidade", que nunca teve exatamente as ressonâncias do seu homólogo, a "fraternidade". O laço entre as mulheres era, em primeiro lugar, pensado na forma da consangüinidade. E ao grupo (ou à responsável do grupo) era suposto preencher o papel da (enfim) boa mãe, oposta à mãe má da família falocrática. Assim, muitas mulheres transferiram para o feminismo uma demanda exorbitante que não podia ser satisfeita: a de um seio materno saturante. Muitas delas dirigiram então contra as "irmãs", e até com violência, os conflitos que não puderam ou ousaram resolver em outra parte. Assim, numa luta que visava a falocracia e os homens, os golpes foram muitas vezes desviados sobre as próprias mulheres. Pode-se pensar que este fenômeno não é próprio das lutas das mulheres e que se encontra em qualquer luta de "minorias", mas ele foi particularmente surpreendente no feminismo, que creditava às mulheres um pacifismo congênito.

O FRENTE A FRENTE

É preciso tentar compreender este fenômeno à sua luz histórica. Com efeito, o neo-feminismo rompia bruscamente com a relação das mulheres entre si e das mulheres com o mundo, relação que tinha sido solidamente fixada pela tradição patriarcal. Até então, as relações das mulheres entre si e das mulheres com o mundo passavam necessariamente pela lei masculina e/ou por um homem. Rompendo com a ordem estabelecida, e com esta lei secular do funcionamento social, as mulheres encontravam-se bruscamente obrigadas a inventar uma outra, com urgência. Não se deve dissimular que, consciente ou inconscientemente, riscos enormes foram assumidos nesta ruptura, e que numerosas mulheres pagaram muito caro por ela, mesmo se um clima de euforia revolucionária lhes tivesse dissimulado este fato por muito tempo.

Saindo da mediação que o mundo patriarcal lhes impunha, as mulheres encontraram-se frente a frente, sem proteção. Desta ausência de mediação e de proteção, elas fizeram sua glória e seu prazer. Como se a saída fora da lei do "adversário" garantisse automaticamente a harmonia. A rejeição da instituição patriarcal identificou-se à rejeição de qualquer forma de instituição, pelo menos explícita. Pois códigos ou regras implícitas de funcionamento e mesmo de linguagem constituíam-se, não reconhecidos como tais e pretendendo-se mera profusão da espontaneidade.

Durante um "momento", que pode ter durado anos, mulheres identificaram-se com sua condição de mulher e mesmo, para algumas, com o feminismo. Este momento não é negligenciável e não deve ser esquecido. Nenhum obstáculo, nenhuma diferença vinha comprometer a relação de uma mulher com uma mulher e de uma mulher consigo mesma. A feminilidade era pensada como fusão e como efusão. O privado era inteiramente político.

Esta descrição desenha o horizonte-limite do feminismo, que nem todos os grupos e todos os indivíduos atingiram, mas sobre cujo pano de fundo, no entanto, funcionaram. Momento este que chamarei da naturalidade ou da imediatez, que pressupõe uma espécie de harmonia espontânea.

A ignorância das diferenças e das divergências na "sororidade" criou um momento de excepcional socialidade, mas que só podia ser excepcional. Quando estas diferenças e divergências individuais ou coletivas, passionais ou ideológicas se manifestaram, a socialidade da sororidade revelou-se impotente

para enfrentá-las. É bastante paradoxal que, nos conflitos que as opuseram e onde o amor tornou-se frequentemente ódio, as mulheres, para escapar a um corpo a corpo mortífero, encontraram apenas o recurso do aparato jurídico ou mesmo judiciário. Passou-se, assim, brutalmente da fusão ao código, do consenso ao processo, por não ter-se podido colocar em funcionamento mediações e ter-se negligenciado toda e qualquer instância interna ao próprio movimento. A ausência de uma lei das mulheres fazia com que fosse preciso recuar para a lei patriarcal no seu estado puro, aquela mesma que era o objeto da nossa crítica.

Não chegamos ao fim da reflexão sobre esta surpreendente provação. Com efeito, em dez anos, temos acumulado uma experiência sócio-política considerável e efetuado de forma encurtada, uma trajetória fulgurante. Sabemos ao menos que a socialidade das mulheres, arrancadas à socialidade patriarcal, deve doravante definir-se além da utopia da fusão. O fosso ou o vinco da diferença deve ser pensado na relação das mulheres entre si e naquela de um indivíduo-mulher com a sua condição de mulher. A oposição nítida, que se supunha existir entre as mulheres e o mundo ambiente, deve também ser repensada.

Estes são os três aspectos da reintegração da diferença que gostaria brevemente de desenvolver na proposta de um pensamento do Outro. Estes desdobramentos são apenas preliminares à questão fundamental da lei, específica ou não, que as mulheres elaborarão para reger sua nova socialidade.

O SUJEITO COMO MULHER

Pode-se constatar, de uns dois ou três anos para cá, um certo desprendimento das feministas com relação a seu engajamento. Desprendimento que pode ser lido em termos da volta a posições antigas ("eu volto para casa") ou em termos do recuo para uma ambição puramente individual. Qualquer que seja o caso particular, este desprendimento pode ser lido, também e sobretudo, como uma reação do sujeito e uma redefinição de sua relação com a dimensão sexuada, bem como com sua dimensão militante.

Sou uma mulher, mas eu não é uma mulher. Parece-me que esta proposta esclarece o que eu queria dizer. Eu sou uma mulher, isto é bem evidente, eu sou (entre outros também ou sobretudo) uma mulher, mas eu, o sujeito, não se define por esta única feminilidade, não se reduz a ela. Sem dúvida é preciso retomar aqui a velha formulação da transcendência do sujeito que não pode identificar-se com nenhum de seus conteúdos, nenhuma de suas categorias. Eu é sempre o que resta de jogo numa determinação.

Sem dúvida, minha determinação sexuada (de mulher) pode tornar-se, para mim, preponderante e pode guiar o campo de minha experiência e de minha atuação, mas trata-se, neste caso, de um processo de identificação, de uma escolha consciente e voluntária dentro da qual eu não estou nunca totalmente mergulhada. Acontece também de situar-me enquanto europeia em relação a uma americana, ou enquanto intelectual em relação a uma camponesa, ou enquanto adulta em relação a uma criança etc... Mesmo se, na conjuntura histórico-cultural que é a minha, minha existência se estrutura prioritariamente em torno da minha consciência de mulher.

O que muitas, que se tinham embevecido com sua identidade coletiva de mulher, reconstituem com este desprendimento, é um tipo de liberdade em relação a sua condição de mulher, colocada desde então como um compromisso e não como um puro e simples destino. Pode-se escolher nascer mulher (ou operária)? Não, mas pode-se, ou não, escolher esta determinação como prioritária no seu pensamento e na sua vida, e trabalhar para transformá-la.

Este desprendimento, esta espécie de reserva em relação a minha realidade de mulher torna-se então a condição que possibilita o feminismo. Este desprendimento, esta reserva, é o espaço de recuo necessário, a caixinha vazia, de certa forma, sem a qual nenhuma comunicação pode ser vivida, nem pensada; nova interpretação, no segundo grau, de "um quarto para si só"¹: a diferença instala-se no coração mesmo do ser mulher.

Transcendência - ou, se preferirem, suplemento do sujeito em relação ao "militantismo" que, sem isto, reduz a vida a uma guerra e todas as relações humanas à estratégia. Mas suplemento do sujeito igualmente em relação a uma condição (de mulher) na qual ele não se esgota, mesmo se está inteiramente impregnado dela.

Esta questão não abrange exatamente mas avizinha-se, e joga uma outra luz sobre aquela das relações entre privado e político. Um dos créditos do feminismo consiste em ter mostrado que as esferas consideradas como privadas (o amor, a família, por exemplo) estão atravessadas pelo político e que a política feminista é também uma política do privado. Sem modificar esta afirmação, pode-se, no entanto, acrescentar que se o privado é político, contudo, o privado e o político não se superpõem completamente e não podem ser identificados um com o outro: uma certa abertura os separa, na qual insinua-se o velho tema trágico: acontece que se ama mesmo ao que é politicamente ou militarmente adverso (o inimigo).

AS MULHERES ENTRE SI

A diferença está presente no seio mesmo do sujeito mulher: ela o está também entre as mulheres, o ser mulher não sendo unívoco. Individualmente, ou em correntes, distinções intervêm e elas não podem e não devem ser vividas apenas como negativas. Elas podem ser, ao contrário, geradoras de movimento. Elas são, em todos os casos, um fato, uma realidade que não se pode mais fingir ignorar, que é preciso situar, levar em conta, e com a qual é preciso constituir a socialidade das mulheres e entre mulheres, como uma socialidade que integra as tensões e as articula. Da mesma maneira que não existe uma única definição do ser mulher, não existe um único projeto feminista. Pode-se pensar e projetar a libertação das mulheres em perspectivas não necessariamente concordantes. A posição feminista, com relação a qualquer problema, não é evidente, nem dada de antemão. Existe sempre, sobre cada situação, e frente à complexidade dos elementos em presença, uma espécie de aposta a fazer. E em seguida, a manter. No embalo do movimento de libertação das mulheres, existem projetos diferentes, ou mesmo antagonísticos, que são função da imagem que se faz do ser humano e da sociedade.

1 Alusão à obra de Virginia Woolf *A Room of One's Own*, publicada no Brasil sob o Título *Um teto todo seu* (Nova Fronteira). (Nota da Tradutora).

Existem reinos feministas que não queríamos, aqueles que de perto ou de longe têm parentesco com o totalitarismo, aqueles que ignorariam a diferença, apropriar-se-iam da definição ortodoxa do ser mulher e procederiam, a partir daí, por exclusões ou execuções.

TENDÊNCIAS

É por isso que as mulheres, as feministas, devem hoje inventar relações entre si que acolham e sustentem a diferença e as diferenças (litígios), se ao menos quiserem ultrapassar o estágio não negligenciável do grupo de amigas funcionando juntas por afinidades, para tornar-se um movimento capaz de exercer uma pressão social.

Isto não significa a necessidade de uma unificação de todos os grupos, a constituição de uma espécie de Partido único que paralisaria prematuramente as forças atuando no movimento. A diversidade dos grupos, das ações é, ao contrário, a característica do feminismo como movimento social refratário ao centralismo político, e é esta diversidade que constitui ainda atualmente a sua riqueza. Aliás, é interessante constatar que todas as tentativas de unificação falharam, pois o grupo que se queria coordenador permaneceu, ele mesmo, um grupo específico entre os demais. É sob um outro registro, mais flexível, que é preciso, sem dúvida, pensar e praticar o confronto; é uma outra lei viva das relações que temos que inventar.

Mas ao levar em consideração as diferenças entre grupos e entre correntes, é preciso ter consciência das diferenças entre os indivíduos, devolvidos a sua autonomia no seio de uma condição coletiva na qual o embalo fusional do primeiro neo-feminismo procurou, por vezes, encerrá-los. Com efeito, foi com frequência demasiada que as feministas tenderam a reprimir e a penalizar qualquer afirmação individual - mesmo quando esta estava a serviço da causa. As mulheres que, de alguma maneira, "tiveram êxito", ao invés de serem sustentadas e ratificadas, foram muitas vezes consideradas como traidoras da condição comum (e, por definição, infeliz), como se o ideal da libertação fosse o nivelamento por baixo. As feministas, neste sentido, tiveram frequentemente reações em todos os aspectos idênticas àquelas das mulheres "não-liberadas".

Ora, é preciso admitir que o movimento de libertação das mulheres não progride igualmente, nem da mesma maneira, em todos os países, em todas as frentes, ou para todos os indivíduos, apesar de existir constantemente uma interação entre eles. A heterogeneidade é um dado irredutível deste desenvolvimento e, aliás, de toda sociedade. Mesmo no estágio de um "feminismo realizado", não se poderia pensar a "igualdade" como uma equalização.

É bastante curioso, aliás, que as mulheres, as feministas, não sejam capazes de prestar homenagem a não ser às mortas, a suas "mães" mortas, quando elas empreendem o refazer da história, e que sejam, ao contrário, de uma extrema severidade para com as vivas e para com suas mães vivas. Será que, como os homens, elas só aguentam a força das mulheres dentro de uma imagem? Encontra-se aqui, novamente, a tendência a fazer crer que, tratando-se de mulheres, o êxito é impuro, o fracasso é puro: resqúcio da ideologia cristã do sofrimento, reativação do desejo patriarcal? A não ser que o moralismo igualitário dissimule, na maioria das vezes, a violência da inveja. Vê-se, então, como trabalho político e trabalho ético devem ser reunidos no movimento de libertação das mulheres.

AS MULHERES E A MULHER

A afirmação de uma unidade homogênea das mulheres, se ela foi pouco a pouco desmentida nas relações internas ao próprio movimento, cavou igualmente um fosso entre as feministas militantes e o conjunto das mulheres. E isto, sem dúvida, em razão do fato de que estas tendiam a agarrar-se a modelos antigos da feminilidade veiculados por toda a cultura, mas também porque a crítica destes antigos modelos era, frequentemente demais, acompanhada da constituição de um novo modelo, dito feminista, da boa feminilidade. A libertação ameaçava significar uma nova arregimentação, mais proveitosa para as mulheres, em princípio, mas que, mais uma vez, pressupunha sua adesão e as constrangiam. Uma nova norma impunha-se, culpabilizando aquelas que não podiam a ela se conformar.

Ora, a crítica feminista foi, desde o início, a crítica do enclausuramento no qual as mulheres foram mantidas pela estrutura sócio-econômica e pelos sistemas de representações impostos, crítica de sua colocação sob tutela, de sua infantilização forçada.

A reivindicação era aquela, e permanece aquela de uma maior abertura nas escolhas de vida para as mulheres e para todos, bem como a possibilidade de modificar estas escolhas no decorrer de uma existência, o que o sistema atual não permite e penaliza duramente. Esta opção política do feminismo não pode se acomodar na constituição do modelo único "da" mulher liberada. *Pois, o que seria uma mulher liberada que não seria livre?*

AS MULHERES E O "FORA"

Com frequência, no nosso pensamento e na nossa prática, fizemos de conta que o mundo "misto", o 'fora', não existia, a não ser sob a forma abstrata do "inimigo". Mas, mesmo as mais radicais entre nós, aquelas que fazem secessão sexual e afetiva, pensam, escrevem, vivem, com palavras, pensamentos, toda uma cultura herdada do misto e, muitas vezes, não hesitam em participar ativamente de instituições mistas, seja a universidade, a edição, a arte, o partido ou outros empreendimentos, nem em manter relações de amizade com os homens. Como se existisse uma verdade para o grupo feminista e uma verdade para a vida. É essa posição esquizofrênica que nos parece necessário interrogar. Como pensar, ao mesmo tempo, o corte e a conexão, a denúncia e a participação, a crítica e a ratificação de fora? Pois, na realidade, nenhuma de nós está disposta a renunciar a sua herança cultural, mesmo se tentamos usá-la de maneira nova. Não podemos fazer sua crítica, a não ser de dentro. E seria cair na velha armadilha patriarcal fecharmo-nos numa pseudo-vidgindade cultural e científica (reconstruir a ciência, a literatura, as artes, a partir da *tábula rasa*). O patrimônio é também nosso matrimônio e nós não estamos prestes a abandoná-lo, como tentou-se nos persuadir durante séculos.

Ao ler-nos, ao ouvir-nos, poder-se-ia supor, com efeito, que só fomos nutridas de palavras de mulheres. É verdade que estamos hoje na escuta e na redescoberta destas (no entanto, menos do que nossas declarações o deixariam supor). Mas permanecemos situadas também num mundo misto, a dominante masculina; ignorá-lo ou fingir ignorá-lo, numa prática de gueto, é deixá-lo assumir uma importância unilateral que não é proveitosa para a libertação das mulheres. O enfrentamento crítico é mais frutífero do que a política da avestruz.

Este enfrentamento não está limitado ao cultural. Esta questão coloca-se também na esfera das instituições das quais certo purismo (necessário no início do nosso movimento) frequentemente afastou as feministas. Quer queiramos, quer não, o poder ali se exerce. Deve ele exercer-se sem nós, sob pretexto de que ele é um "mau" poder (mas será que já existiu um bom poder?). Ou conosco, ou pelo menos com algumas de nós, na medida em que elas transmitem uma exigência que formulamos e elaboramos fora destas esferas? A questão foi colocada para nós desde o início, e permanece aguda. Mas o que se impõe, pelo menos a nível da reflexão, é a necessidade de substituir um idealismo purista, por um realismo de constatação que não tire nada da intensidade do movimento feminista, mas permita-lhe, ao contrário, desdobrar sua plena eficiência. Várias opções e níveis de ação diversos são possíveis e necessários. Eles mantêm entre si uma relação dialética, que pode passar, aliás, pela oposição.

Falando aqui do feminismo e das feministas, falei de nós. Este nós não é aquele de todas, mas daquelas que reconhecerão nestas palavras elementos de seu próprio itinerário e, ao confrontar-se com ele, encontrarão a oportunidade de uma reestruturação do seu pensamento e de sua prática. O nós daquelas que, para unir-se, participaram da simbólica de uma "grande narrativa" - a narrativa que vai desde o matriarcado e as amazonas até a epopéia da sororidade - e que interrogam-se hoje sobre o estatuto desta grande narrativa na perspectiva mesma do feminismo. E, no limite, falei de mim como feminista.

A última pergunta é aquela da legitimidade do discurso: pode-se falar sem ser em seu próprio nome?
